



ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2023 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, César Neves e Andrea Martins
Design gráfico e paginação: Paulo Freitas

ISBN: 978-972-9451-98-0

Edição: Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEAACP, CEIS2o e IA-FLUC
Lisboa, 2023

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Planta das ruínas de Conímbriga. © Museu Nacional de Conímbriga



Apoio Institucional:



Índice

- 15 Prefácio
José Morais Arnaud
- 1. Pré-História**
- 19 O potencial informativo dos *Large Cutting Tools*: o caso de estudo da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal)
Carlos Ferreira / João Pedro Cunha-Ribeiro / Eduardo Méndez-Quintas
- 33 PaleoTejo – Uma rede de trabalho para a investigação e para o património relacionado com os Neandertais e pré-Neandertais
Telmo Pereira / Luís Raposo / Silvério Figueiredo / Pedro Proença e Cunha / João Caninas / Francisco Henriques / Luiz Oosterbeek / Pierluigi Rosina / João Pedro Cunha-Ribeiro / Cristiana Ferreira / Nelson J. Almeida / António Martins / Margarida Salvador / Fernanda Sousa / Carlos Ferreira / Vânia Pirata / Sara Garcês / Hugo Gomes
- 45 A indústria lítica de malhadinhas e o seu enquadramento no património acheulense do vale do Tejo
Vânia Pirata / Telmo Pereira / José António Pereira
- 61 O Abrigo do Lagar Velho revisitado
Ana Cristina Araújo / Ana Maria Costa / Montserrat Sanz / Armando Lucena / Joan Daura
- 75 Contributo para o conhecimento das indústrias líticas pré-históricas do litoral de Esposende (NW de Portugal)
Sérgio Monteiro-Rodrigues
- 95 À volta da fogueira na pré-história: análise às estruturas de combustão do Sul de Portugal – a Praia do Malhão (Odemira)
Ana Rosa
- 105 O projecto LandCraft. A intervenção arqueológica no abrigo das Lapas Cabreiras
João Muralha Cardoso / Mário Reis / Bárbara Carvalho / Lara Bacelar Alves
- 119 A ocupação pré-histórica de Monte Novo: local de culto e de habitat
Mário Monteiro / Anabela Joaquineto
- 135 A formalização de espaços públicos durante o Calcolítico no Alto Douro Português: as Grandes Estruturas Circulares do Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa)
Ana Vale / João Muralha Cardoso / Sérgio Gomes / Vítor Oliveira Jorge
- 149 Em busca da colecção perdida (1): Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal de Vila Franca de Xira
César Neves / José Morais Arnaud / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 167 De casa em casa: novos dados sobre o sítio pré-histórico do Rio Seco/Boa-Hora (Ajuda, Lisboa)
Regis Barbosa
- 179 Um contributo para o estudo das Pontas Palmela das «Grutas de Alcobaça»
Michelle Teixeira Santos / Cátia Delicado / Isabel Costeira
- 195 Monte da Ponte (Évora): Um cruzamento entre o positivo e o negativo?
Inês Ribeiro
- 203 Peças antropomórficas da necrópole megalítica de Alto de Madorras. Abordagem preliminar ao seu estudo e valorização no âmbito do Projecto TSF – Murça
Maria de Jesus Sanches / Maria Helena Barbosa / Nuno Ramos / Joana Castro Teixeira / Miguel Almeida

- 219 Apontamentos sobre o monumento megalítico da Bouça da Mó 2, Balugães, Barcelos (Noroeste de Portugal)
Luciano Miguel Matos Vilas Boas
- 227 A Mamoa 1 do Crasto, Vale de Cambra. Um monumento singular
Pedro Manuel Sobral de Carvalho
- 241 À conversa com os ossos: População do Neolítico Final/Calcolítico da Lapa da Bugalheira, Torres Novas
Helena Gomes, Filipa Rodrigues, Ana Maria Silva
- 253 Dos ossos, cacos, pedras e terra à leitura detalhada das práticas funerárias no 3º milénio a.C.: o caso do Hipogeu I do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja)
Maria João Neves
- 267 Os sepulcros da Pré-História recente da Quinta dos Poços (Lagoa): contextos e cronologias
António Carlos Valera / Lucy Shaw Evangelista / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 285 Quinta dos Poços (Lagoa): Dados biológicos e práticas funerárias dos Sepulcros da Pré-História Recente
Lucy Shaw Evangelista / Eduarda Silva / Sofia Nogueira / António Carlos Valera / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 299 Everything everywhere? Definitely not all at once. Uma aproximação inicial às práticas de processamento de macrofaunas da Pré-História recente do Centro e Sul de Portugal
Nelson J. Almeida / Catarina Guinot / António Diniz
- 313 Um sítio, duas paisagens: a exploração de recursos vegetais durante o Mesolítico e a Idade do Bronze na Foz do Medal (Baixo Sabor, Nordeste de Portugal)
João Pedro Tereso / María Martín Seijo / Rita Gaspar
- 327 Análise isotópica estável ($\Delta^{13}\text{C}$) em sedimentos de sítios arqueológicos
Virgínia Lattao / Sara Garcês / Hugo Gomes / Maria Helena Henriques / Elena Marrocchino / Pierluigi Rosina / Carmela Vaccaro
- 333 Sobre a presença de sílex na Praia das Maças (Sintra)
Patrícia Jordão / Nuno Pimentel
- 345 Lost & Found. Resultados dos trabalhos de prospecção arqueológica realizados no vale do Carvalhal de Aljubarrota (Alcobaça, Leiria)
Cátia Delicado / Leandro Borges / João Monte / Bárbara Espírito Santo / Jorge Lopes / Inês Sofia Silva
- 357 Análise dos padrões de localização das grutas arqueológicas da Arrábida
João Varela / Nuno Bicho / Célia Gonçalves
- 365 Novos testemunhos de ocupação pré-histórica na área da ribeira de Santa Margarida (Alto Alentejo): notícia preliminar
Ana Cristina Ribeiro

2. Proto-História

- 377 Dinâmicas de Povoamento durante a Idade do Bronze no Centro da Estremadura Portuguesa: O Litoral Atlântico Entre as Serras d'Aires e Candeeiros e de Montejunto
Pedro A. Caria
- 389 Novos dados sobre os povoados do Bronze Final dos Castelos (Beja) e Laço (Serpa) no âmbito do Projeto Odyssey. Contributos a partir de um levantamento drone-LiDAR
Miguel Serra / João Fonte / Tiago do Pereiro / Rita Dias / João Hipólito / António Neves / Luís Gonçalves Seco
- 401 Metais do Bronze Final no Ocidente Ibérico. O caso dos machados de alvado a sul do rio Tejo
Marta Gomes / Carlo Bottaini / Miguel Serra / Raquel Vilaça
- 411 Dois Sítios, um ponto de situação. Primeiros resultados dos trabalhos nos Castros de Ul e Recarei em 2022
João Tiago Tavares / Adriaan de Man

- 425 Reflexões acerca dos aspetos técnicos e tecnológicos dos artefactos de ferro do Bronze Final / Ferro Inicial no território português
Pedro Baptista / Ralph Araque Gonzalez / Bastian Asmus / Alexander Richter
- 439 Resumo de resultados do projeto IberianTin (2018-22) e resultados iniciais do projeto Gold. PT (2023-)
Elin Figueiredo / João Fonte / Emmanuelle Meunier / Sofia Serrano / Alexandra Rodrigues
- 451 À volta da Pedra Formosa. Estudo do Balneário Este da Citânia de Briteiros
Gonçalo Cruz
- 463 Intercâmbio no primeiro milénio A.C., no litoral, entre os estuários dos rios Cávado e Ave
Nuno Oliveira
- 481 Castro de Guifões: elementos para a reconstituição paleogeográfica e compreensão da ocupação antiga do sítio
Andreia Arezes / Miguel Almeida / Alberto Gomes / José Varela / Nuno Ramos / André Ferreira / Manuel Sá
- 493 O Castro da Madalena (Vila Nova de Gaia) no quadro da ocupação proto-histórica da margem esquerda do Douro
Edite Martins de Sá / António Manuel S.P. Silva
- 507 Uma cabana com vista para o rio, no Sabugal da Idade do Ferro
Inês Soares / Paulo Pernadas / Marcos Osório
- 519 Cerca do Castelo de Chão do Trigo (S. Pedro do Esteval, Proença-a-Nova): resultados de três campanhas de escavações (2017-2019)
Paulo Félix
- 533 Instrumentos e artes de pesca no sítio proto-histórico de Santa Olaia (Figueira da Foz)
Sara Almeida / Raquel Vilaça / Isabel Pereira
- 549 Sobre a influência da cerâmica grega nas produções de cerâmica cinzenta do estuário do Tejo: um vaso emblemático encontrado nas escavações arqueológicas do Largo de Santa Cruz (Lisboa)
Elisa de Sousa / Sandra Guerra / João Pimenta / Roshan Paladugu
- 563 *To buy fine things*: trabalhos e perspectivas recentes sobre o consumo de importações mediterrâneas no Sul de Portugal durante o I milénio a.n.e.
Francisco B. Gomes
- 575 Arquitecturas orientais em terra na fronteira atlântica: novas abordagens do Projecto #BuildinginNewLands
Marta Lorenzon / Benjamín Cutillas-Victoria / Elisa Sousa / Ana Olaio / Sara Almeida / Sandra Guerra
- 585 Frutos, cultivos e madeira no Castro de Alvarelhos: a arqueobotânica do projeto CAESAR
Catarina Sousa / Filipe Vaz / Daniela Ferreira / Rui Moraes / Rui Centeno / João Tereso

3. Antiguidade Clássica e Tardia

- 599 A propósito de machados polidos encontrados em sítios romanos do território português e a crença antiga nas “pedras de raio”
Fernando Coimbra
- 611 Unidades Organizativas e Povoamento no Extremo Ocidental da *Civitas* Norte-Lusitana dos *interannienses*: um ensaio
Armando Redentor / Alexandre Canha
- 625 As Termas Romanas da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão)
Joana Bizarro
- 633 Paisagem rural, paisagem local: os primeiros resultados arqueológicos e arqueobotânicos do sítio da Terra Grande (*civitas Igaeditanorum*)
Sofia Lacerda / Filipe Vaz / Cláudia Oliveira / Luís Seabra / João Tereso / Ricardo Costeira da Silva / Pedro C. Carvalho

- 649 Recontextualização dos vestígios arqueológicos do *forum* de Coimbra. Uma leitura a partir da comparação tipo-morfológica
Pedro Vasco de Melo Martins
- 665 Sítio do Antigo (Torre de Vilela, Coimbra): uma possível *villa* suburbana de *Aeminium*
Rúben Mendes / Raquel Santos / Carmen Pereira / Ricardo Costeira da Silva
- 679 A fachada norte da Casa dos Repuxos (Conímbriga): resultados das campanhas de 2021 e 2022
Ricardo Costeira da Silva / José Ruivo / Vítor Dias
- 693 Intervenções Arqueológicas em Condeixa-a-Velha no âmbito das acções do Movimento para a Promoção da Candidatura de Conímbriga a Património Mundial da Unesco
Pedro Peça / Miguel Pessoa / Pedro Sales / João Duarte / José Carvalho / Fernando Figueiredo / Flávio Simões
- 707 O sítio arqueológico de São Simão, Penela
Sónia Vicente / Flávio Simões / Ana Luísa Mendes
- 723 O sítio arqueológico da Telhada (Vermoil, Pombal)
Patrícia Brum / Mariana Nabais / Margarida Figueiredo / João Pedro Bernardes
- 731 *Górgona* – um *corpus* de *opus sectile* na Lusitânia
Carolina Grilo / Lídia Fernandes / Patrícia Brum
- 741 *Villa* romana da Herdade das Argamassas. Delta, motivo de inspiração secular. Do mosaico ao café
Vítor Dias / Joaquim Carvalho / Cornelius Meyer
- 755 A Antiguidade Tardia no Vale do Douro: o exemplo de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos, Alijó)
Tony Silvino / Pedro Pereira / Rodolphe Nicot / Laudine Robin / Yannick Teyssonneyre
- 771 A Arqueologia Urbana em Braga: oportunidades e desafios. O caso de estudo da rua Nossa Senhora do Leite, n.ºs 8/10
Fernanda Magalhães / Luís Silva / Letícia Ruela / Diego Machado / Lara Fernandes / Eduardo Alves / Manuela Martins / Maria do Carmo Ribeiro
- 785 Balneário romano de São Vicente (Penafiel): projeto de revisão das estruturas construídas e do contexto histórico-arqueológico do sítio
Silvia González Soutelo / Teresa Soeiro / Juan Diego Carmona Barrero / Jorge Sampaio / Helena Bernardo / Claus Seara Erwelein
- 801 Um contexto cerâmico tardo-antigo da Casa do Infante (Porto)
João Luís Veloso / Paulo Dordio Gomes / Ricardo Teixeira / António Manuel S. P. Silva
- 815 Trabalhos arqueológicos no Patarinho (Santa Comba Dão, Viseu): caracterização de uma pequena área de produção vinícola no vale do Dão em época alto-imperial
Pedro Matos / João Losada
- 831 Sobre a ocupação tardia da *villa* da Quinta da Bolacha – estudo de um contexto de ocupação da casa romana
Vanessa Dias / Gisela Encarnação / João Tereso
- 843 Os materiais do sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo) como índice cronológico das suas fases de construção
Inês Rasteiro / Ricardo Costeira da Silva / Rui Ramos / Inês Simão
- 859 Cerâmica de importação em *Talabriga* (Cabeço do Vouga, Águeda)
Diana Marques / Ricardo Costeira da Silva
- 873 Revisão dos objetos ponderais recuperados na antiga *Conimbriga* (Condeixa-a-Nova, Coimbra)
Diego Barrios Rodríguez / Cruces Blázquez Cerrato
- 885 O conjunto de pesos de tear do sítio romano de Almoínhas
Martim Lopes / Paulo Calaveiras / José Carlos Quaresma / Joel Santos

- 901 *A terra sigillata* e a cerâmica de cozinha africana na cidade de Lisboa no quadro do comércio do ocidente peninsular – O caso do edifício da antiga Sede do Banco de Portugal
Ana Beatriz Santos
- 915 Análise (im)possível dos espólios arqueológicos do sítio do Mascarro (Castelo de Vide, Portugal)
Sílvia Monteiro Ricardo
- 931 Reconstruindo a paisagem urbana de Braga desde a sua fundação até à cidade medieval: as ruas como objeto de estudo
Leticia Ruela / Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro
- 941 A dinâmica viária no vale do Rabagão: a via XVII e o contributo dos itinerários secundários
Bruno Dias / Rebeca Blanco-Rotea / Fernanda Magalhães
- 953 Resultados das leituras geofísicas de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira
João Pimenta / Tiago do Pereiro / Henrique Mendes / André Ferreira
- 965 *Loca sacra*: Para uma topografia dos lugares simbólicos no atual Alentejo em época romana
António Diniz
- 977 Mosaicos da área de influência de *Pax Iulia*
Maria de Fátima Abraços / Licínia Wrench
- 993 A exploração de pedras ornamentais na Lusitânia: Primeiros dados de um estudo em curso
Gil Vilarinho

4. Época Medieval

- 1009 A necrópole da Alta Idade Média do Castro de São Domingos (Lousada, Portugal)
Paulo André Pinho Lemos / Manuel Nunes / Bruno M. Magalhães
- 1025 A transformação e apropriação do espaço pelos edifícios rurais, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, no troço médio do vale do Guadiana (Alentejo, Portugal)
João António Ferreira Marques
- 1037 A reconfiguração do espaço rural na Alta Idade Média. Análise dos marcadores arqueológicos no Alto Alentejo
Rute Cabriz / Sara Prata
- 1047 O Castelo de Vale de Trigo (Alcácer do Sal): dados das intervenções arqueológicas
Marta Isabel Caetano Leitão
- 1061 Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, um conjunto de silos medievais islâmicos: dados preliminares de uma das sondagens arqueológicas de diagnóstico
Vanessa Gaspar / Rute Silva
- 1075 Potes meleiros islâmicos – Contributo para o estudo da importância do mel na Idade Média
Rosa Varela Gomes
- 1085 Luxos e superstições – registos de espólio funerário e outras materialidades nas necrópoles islâmicas no Gharb al-Andalus
Raquel Gonzaga
- 1097 A Necrópole Islâmica do Ribat do Alto da Vigia, Sintra
Alexandre Gonçalves / Helena Catarino / Vânia Janeirinho / Filipa Neto / Ricardo Godinho
- 1115 O inédito pavimento Cisterciense da cidade de Évora
Ricardo D'Almeida Alves de Morais Sarmento
- 1129 Do solo para a parede: a intervenção arqueológica no Pátio do Castilho n.º 37-39 e a(s) Torre(s) de Almedina da muralha(s) de Coimbra
Susana Temudo

- 1145 Utensílios cerâmicos de uma cozinha medieval islâmica no espaço periurbano de al-Ushbuna (1ª metade do séc. XII)
Jorge Branco / Rodrigo Banha da Silva
- 1159 O convento de S. Francisco de Real na definição da paisagem monástico-conventual de Braga, entre a Idade Média e a Idade Moderna
Francisco Andrade
- 1169 “Ante o cruzeiro jaz o mestre”: resultados preliminares da escavação do panteão da Ordem de Santiago (séculos XIII – XVI) localizado no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)
Ana Rita Balona / Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain
- 1181 Produções cerâmicas da Braga medieval: cultura e agência material
Diego Machado / Manuela Martins
- 1197 Agricultura e paisagem em Santarém entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico a partir das evidências arqueobotânicas
Filipe Vaz / Luís Seabra / João Tereso / Catarina Viegas / Ana Margarida Arruda

5. Época Moderna

- 1215 A necrópole medieval e moderna de Benavente: resultados de uma intervenção de Arqueologia Preventiva
Joana Zuzarte / Paulo Félix
- 1229 Rua da Judiaria – Castelo de Vide: Aspetos gerais da intervenção arqueológica na eventual Casa do Rabino
Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos / Susana Rodrigues Cosme
- 1239 A coleção de estanho de Esposende
Elisa Maria Gomes da Torre e Frias-Bulhosa
- 1253 *Três barris num campo de lama*: dados preliminares para o estudo da vitivinicultura na cidade de Aveiro no período moderno
Diana Cunha / Susana Temudo / Pedro Pereira
- 1269 Aveiro como centro produtor de cerâmica: os vestígios da oficina olárica identificada na Rua Capitão Sousa Pizarro
Vera Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado
- 1283 A Casa Cordovil: contributo para o conhecimento de Évora no Período Moderno
Leonor Rocha
- 1295 Reconstruir a Cidade: o pré e o pós-terramoto na Rua das Escolas Gerais, nº 61 (Lisboa)
Susana Henriques
- 1305 Lazareto, fortaleza e prisão: arqueologia do Presídio da Trafaria (Almada)
Fabián Cuesta-Gómez / Catarina Tente / Sérgio Rosa / André Teixeira / Francisca Alves Cardoso / Sílvia Casimiro
- 1319 Conhecer o quotidiano do Castelo de Palmela entre os séculos XV e XVIII através dos artefactos metálicos em liga de cobre
Luís F. Pereira
- 1331 Um forno de cerâmica do início da Época Moderna na Rua Edmond Bartissol, Setúbal
Victor Filipe / Eva Pires / Anabela Castro
- 1341 A necrópole da Igreja Velha do Peral (Proença-a-Nova)
Anabela Joaquineto / Francisco Henriques / Francisco Curate / Carla Ribeiro / Nuno Félix / Fernando Robles Henriques / João Caninas / Hugo Pires / Paula Bivar de Sousa / Carlos Neto de Carvalho / Isabel Gaspar / Pedro Fonseca
- 1357 A materialização da morte em Bucelas entre os séculos XV e XIX. Rituais, semiótica e simbologias
Tânia Casimiro / Dário Ramos Neves / Inês Costa / Florbela Estevão / Nathalie Antunes-Ferreira / Vanessa Filipe

- 1369 Ficam os ossos e ficam os anéis: objetos de adorno e de crença religiosa da necrópole do Convento dos Lóios, Lisboa
João Miguez / Marina Lourenço
- 1379 “Não ha sepultura onde se não tenham enterrado mais de dez cadáveres”: as valas comuns de época moderna da necrópole do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa), uma prática funerária de recurso
Carina Leirião / Liliana Matias de Carvalho / Ana Amarante / Susana Henriques / Sofia N. Wasterlain
- 1391 Estudo tafonómico de uma coleção osteológica proveniente da Igreja da Misericórdia em Almada
Maria João Rosa / Francisco Curate
- 1403 Variabilidade formal e produtiva da cerâmica moderna na cidade de Braga: estudo de caso
Lara Fernandes / Manuela Martins / Maria do Carmo Franco Ribeiro
- 1415 Representações femininas na faiança portuguesa de Santa Clara-a-Velha: desigualdade, subalternização, emancipação
Inês Almendra Castro / Tânia Manuel Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1427 Poder, família, representação: a heráldica na faiança de Santa Clara-a-Velha
Danilo Cruz / Tânia Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1437 A Chacota de Faiança a uso e o significado social do seu consumo em Lisboa, nos meados-finais do século XVII: a amostragem do Hospital dos Pescadores e Mareantes de Alfama
André Bargão / Sara da Cruz Ferreira / Rodrigo Banha da Silva
- 1445 Algumas considerações sobre os artefactos em ligas metálicas descobertos no Palácio Sant’Anna em Carnide, Lisboa
Carlos Boavida / Mário Monteiro
- 1461 Os cachimbos cerâmicos dos séculos XVII e XVIII do Palácio Almada-Carvalhais (Lisboa)
Sara da Cruz Ferreira / André Bargão / Rodrigo Banha da Silva / Tiago Nunes
- 1469 Tróia fumegante. Os cachimbos cerâmicos modernos do sítio arqueológico de Tróia
Miguel Martins de Sousa / Tânia Manuel Casimiro / Filipa Araújo dos Santos / Mariana Nabais / Inês Vaz Pinto
- 1483 Um copo para muitas garrafas. Algumas palavras sobre um conjunto de vidros modernos e contemporâneos encontrados na Praia da Alburrica (Barreiro)
Carlos Boavida / António González
- 1495 *A Gran Principessa di Toscana*, um naufrágio do século XVII no Cabo Raso (Cascais)
Sofia Simões Pereira / Francisco Mendes / Marco Freitas
- 1503 Condições ambientais e contexto arqueológico na margem estuarina de Lisboa: dados preliminares da sondagem ESSENTIA (Av. 24 de Julho | Rua Dom Luís I)
Margarida Silva / Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas / José Bettencourt / Inês Mendes da Silva / Tiago Nunes / Mónica Ponce / Jacinta Bugalhão
- 1517 Evolução ambiental do estuário do Rio Cacheu, Guiné-Bissau: dados preliminares
Rute Arvela, Ana Maria Costa, Maria da Conceição Freitas, Rui Gomes Coelho
- 1525 Extrair informação cultural de madeiras náuticas: uma experiência em Lisboa
Francisco Mendes / José Bettencourt / Marco Freitas / Sofia Simões Pereira
- 1535 Ferramentas, carpinteiros e calafates a bordo da fragata *Santo António de Taná* (Mombaça, 1697)
Patrícia Carvalho / José Bettencourt
- 1547 Parede 1, Carcavelos 12 e Carcavelos 13: três naufrágios da Guerra Peninsular?
José Bettencourt / Augusto Salgado / António Fialho / Jorge Freire
- 1555 Estudo zooarqueológico e tafonómico de um silo de época moderno-contemporânea da Casa Cordovil, Évora
Catarina Guinot / Nelson J. Almeida / Leonor Rocha

- 1569 Uma aproximação à Arqueologia de Paisagem: a paisagem fluvial e as dimensões da sua exploração, comunicação e ocupação
Patrícia Alho / Vanda Luciano
- 1575 Dos Arquivos ao Trabalho de Campo: o Estudo da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão)
Bruna Ramalho Galamba
- 1583 Palácio Vaz de Carvalho, a diacronia de um sítio: da Pré-História à Contemporaneidade
Anabela Sá / Inês Mendes da Silva
- 1595 *Um olhar sobre o passado*: apresentação dos resultados de uma intervenção arqueológica na Figueira da Foz
Bruno Freitas / Sérgio Gonçalves / André Donas-Botto
- 1607 Todos os metros contam, 200 mil anos num quarteirão? O caso das Olarias de Leiria
Ana Rita Ferreira / André Donas-Botto / Cláudia Santos / Luís Costa

6. Época Contemporânea

- 1625 Navios de ferro: contributos para uma abordagem arqueológica aos naufrágios de Idade Contemporânea em Portugal
Marco Freitas / Francisco Mendes / Sofia Simões Pereira
- 1637 *Das peles e dos rebites*: o processo de inventariação arqueológica da Central do Biel e da Fábrica de Curtumes do Granjo (Vila Real)
Pedro Pereira / Fernando Silva
- 1649 Seminário Maior de Coimbra: o contributo da arqueologia num espaço em reabilitação
Constança dos Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado / Gina Dias
- 1663 Paradigmas de Preservação e Valorização do Património Monumental nas Linhas de Torres Vedras. Abordagem às intervenções realizadas no Forte da Archeira (Torres Vedras), no Forte 1.º de Suberra e na Bateria Nova de Suberra (Vila Franca de Xira)
João André Perpétuo / Miguel Martins de Sousa / João Ramos
- 1677 Pavimentos em mós na arquitetura saloia: novos dados na Amadora
Nuno Dias / Catarina Bolila / Vanessa Dias / Gisela Encarnação
- 1685 O Tejo e a industrialização: como Lisboa “invadiu” o rio no século XIX
Inês Mendes da Silva
- 1695 As Alcaçarias do Duque. A redescoberta dos últimos banhos públicos de Alfama
Filipe Santos
- 1709 Memorial da Serralharia – Arqueologia do Passado Recente no Hospital de São José
João Sequeira / Carlos Boavida / Afonso Leão
- 1723 *kana, fornadja y kumunidadi*: Um caso de estudo da produção e transformação da cana sacarina na Ribeira dos Engenhos (Ilha de Santiago)
Nireide Pereira Tavares
- 1735 Personagens Escondidas: À procura das emoções esquecidas das mulheres na indústria portuguesa. Uma análise arqueológica através de novas materialidades
Susana Pacheco / Joel Santos / Tânia Manuel Casimiro
- 1747 Sós mas não Esquecidos. Por uma Arqueologia da Solidão
Joel Santos / Susana Pacheco

7. Arte Rupestre

- 1761 O projeto First-Art (*Extension*): determinação cronológica e caracterização dos pigmentos nas fases iniciais da Arte Rupestre Paleolítica
Sara Garcês / Hipólito Collado / Hugo Gomes / Virginia Lattao / George Nash / Hugo Mira Perales / Diego Fernández Sánchez / José Julio García Arranz / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek

- 1771 Mais perto da conclusão: novo ponto da situação da prospecção e inventário da arte rupestre do Côa
Mário Reis
- 1787 Propostas metodológicas para a conservação dos sítios com Pinturas Rupestres da Pré-História recente no Vale do Côa
Vera Moreira Caetano / Fernando Carrera / Lara Bacelar Alves / António Batarda Fernandes / Teresa Rivas / José Santiago Pozo-Antonio
- 1801 Alguma cor num fundo de gravura: principais conjuntos da pintura pré-histórica do Vale do Côa
Lara Bacelar Alves / Andrea Martins / Mário Reis
- 1815 Desde a crista, olhando para o Tejo – os abrigos com pintura esquemática do Pego da Rainha (Mação, Portugal)
Andrea Martins
- 1841 Gravuras rupestres da rocha 2 da Lomba do Carvalho (Almaceda, Castelo Branco).
Informação empírica e hipóteses interpretativas
Mário Varela Gomes
- 1859 Um novo olhar sobre as gravuras de labirintos: o caso do Castelinho (Torre de Moncorvo, Portugal)
Andreia Silva / Sofia Figueiredo-Persson / Elin Figueiredo
- 1875 Os seixos incisos da Idade do Ferro de São Cornélio (Sabugal, Alto Côa)
Luís Luís / Marcos Osório / André Tomás Santos / Anna Lúcia Vitale / Raquel Vilaça
- 1891 Entre topónimos e lendas. Explicações das sociedades rurais para o fenómeno podomórfico do nordeste de Trás-os-Montes
José Moreira
- 1905 Os grafitos molinológicos ou a realidade (in)visível das moagens hidráulicas tradicionais: resultados da aplicação de um inédito roteiro metodológico (Lousada, Norte de Portugal)
Manuel Nunes / Paulo André P. Lemos

8. Arqueologia Pública, Comunicação e Didática

- 1923 Património Mundial e Valor Social: Uma Investigação sobre os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde
José Paulo Francisco
- 1931 Parque Arqueosocial do Andakatu em Mação. Boas práticas para a sustentabilidade e disseminação do conhecimento científico
Hugo Gomes / Sara Garcês / Luiz Oosterbeek / Pedro Cura / Anabela Borralheiro / Rodrigo Santos / Sandra Alexandre
- 1943 Vila Nova de São Pedro e a Arqueologia Pública – a consolidação de um projecto através dos agentes da sua história
José M. Arnaud / Andrea Martins / César Neves / Mariana Diniz
- 1963 O Monumento Pré-histórico da Praia das Maças (Sintra): atividades de divulgação e educação patrimonial realizadas no âmbito das recentes escavações arqueológicas
Eduardo Porfírio / Catarina Costeira / Teresa Simões
- 1979 A Idade do Bronze como ferramenta de Educação e Divulgação em Arqueologia – O Projeto Outeiro do Circo 2022-2023
Sofia Silva / Eduardo Porfírio / Miguel Serra
- 1993 Arqueologia Pública: a Festa da Arqueologia como caso de estudo
Carla Quirino / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 2013 Open House Arqueologia – a aproximação da disciplina científica aos cidadãos
Lídia Fernandes / Carolina Grilo / Patrícia Brum
- 2025 “Cada cavadela sua minhoca”: Arqueologia Pública e Comunicação através do caso de estudo do Largo do Coreto e envolvente em Carnide (Lisboa)
Ana Caessa / Nuno Mota

- 2037 **Grupo CIGA: comunicar e divulgar a cerâmica islâmica**
Isabel Inácio / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Sofia Gomes / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Marco Liberato / Gonçalo Lopes / Constança Santos / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco
- 2047 **O Forte de São João Batista da Praia Formosa: a recuperação virtual e a reconstrução da memória**
Diogo Teixeira Dias / Sérgio Gonçalves
- 2059 **Entre a Universidade e a profissão: A experiência de um Estágio Curricular narrada na primeira pessoa**
Mariana Santos
- 2069 **A Arqueologia e os seus Públicos: relação dos Arqueólogos com os outros Cidadãos no âmbito da Contemporaneidade**
Florbel Estêvão / Vítor Oliveira Jorge
- 2079 **Arqueologia e Comunicação na era da Big Data: do sítio arqueológico ao registo de monumentos e paisagens. Será este um dia FAIR?**
Ariele Câmara / Ana de Almeida / João Oliveira / Daniel Marçal
- 2091 **Exposição de Arte-Arqueologia: Artefactos do Descarte**
Pedro da Silva / Inês Moreira

9. Historiografia e Teoria

- 2103 **Pré-História e “Antropologia Cultural”: repensar esta interface**
Vítor Oliveira Jorge
- 2115 **“Onde está o Wally?” Representações de mulheres nos museus de Pré-História**
Sara Brito
- 2125 **“Criei o hábito de geralmente ignorar”: sexismo, assédio e abuso sexual em Arqueologia**
Liliana Matias de Carvalho / Sara Simões / Sara Brito / Jacinta Bugalhão / Miguel Rocha / Mauro Correia / Regis Barbosa / Raquel Gonzaga
- 2137 **O ensino da Arqueologia em Portugal**
Jacinta Bugalhão
- 2149 **O Grupo Pró-Évora e o curso de arqueologia de 1968: uma primeira aproximação ao tema**
Ana Cristina Martins
- 2161 **Andanças na Arqueologia Urbana da Cidade de Coimbra: Um Historial de Duas Décadas do Processo Metro Mondego**
António Batarda Fernandes
- 2177 **Peixes de Água Doce e Migradores de Portugal: Sistematização da Informação Zooarqueológica**
Miguel Rodrigues / Filipe Ribeiro / Sónia Gabriel
- 2191 **Extração de Conhecimento em Arqueologia: primeiros resultados da aplicação a dados portugueses**
Ivo Santos
- 2199 **A Igreja do Carmo de Lisboa: um exemplo de arqueologia vertical com 600 anos**
Célia Nunes Pereira

10. Gestão, Valorização e Salvaguarda do Património

- 2215 **A simplificação legislativa e os desafios à atividade arqueológica**
Gertrudes Branco
- 2223 **IPA / IGESPAR, IP / DGPC – Extensão de Torres Novas: 25 anos**
Sandra Lourenço / Gertrudes Zambujo / Cláudia Manso
- 2239 **O futuro do Património Arqueológico Subaquático: Uma perspetiva através do ensino**
Adolfo Silveira Martins / Alexandra Figueiredo / Cláudio Monteiro / Adolfo Miguel Martins

- 2245 **Recomendações de Boas-Práticas em Arqueologia de Ambientes Húmidos**
Ana Maria Costa / Cândida Simplício / Cristóvão Fonseca / Jacinta Bugalhão / João Pedro Tereso / José Bettencourt / José António Gonçalves / Miguel Lago / Pedro Barros / Rodrigo Banha da Silva
- 2261 **A inventariação e georreferenciação do Património Cultural Marítimo no *Endovéllico***
Pedro Barros / Jacinta Bugalhão / Gonçalo C. Lopes / Cristóvão Fonseca / Pedro Caleja / Filipa Bragança / Sofia Pereira / Ana Sofia Gomes
- 2273 **A piroga monóxila Lima 7 e os desafios que o rio nos apresenta**
José António Gonçalves / João Marrocano
- 2291 **A paisagem marítima do litoral do Minho. Uma primeira aproximação à paisagem económica de Viana do Castelo**
Tiago Silva
- 2301 **O projeto TURARQ – Turismo Arqueológico para a compreensão da cultura e das interações ambientais**
Hugo Gomes / Sara Garcês / Marco Martins / Anícia Trindade / Douglas O. Cardoso / Eduardo Ferraz / Luiz Oosterbeek
- 2307 **Tecnologias de Detecção Remota aplicadas ao Descritor do Património: da prática à reflexão**
Gabriel Pereira / Nuno Barraca / Mauro Correia / Gustavo Santos
- 2321 **Procedimentos a adotar na manipulação de materiais arqueológicos para análises de resíduos orgânicos: as práticas instituídas e os equívocos**
César Oliveira
- 2331 **Arqueologia da Arquitetura aplicada ao estudo dos espaços construídos: uma metodologia de análise**
Eduardo Alves / Rebeca Blanco-Rotea
- 2343 **Almada Velha: um projeto municipal de gestão arqueológica**
André Teixeira / Sérgio Rosa / Telmo António / Rodrigo Banha da Silva / João Gonçalves Araújo / Eva Pires / Beatriz Calapez Santos / Fátima Alves / Francisco Curate / Leonor Medeiros / Joana Esteves / Alexandra P. Rodrigues / André Bargão / Joana Mota
- 2357 **Um projeto de Arqueologia atlântica: a ERA na Madeira**
Arlette Figueira / Miguel Lago
- 2365 **Abordagens Interdisciplinares para o Estudo Histórico e Arqueológico do Património Têxtil: Experiências e Perspetivas da Ação COST EuroWeb**
Catarina Costeira / Francisco B. Gomes / Paula Nabais / Alina Iancu
- 2381 **Umas termas debaixo dos vossos pés: o Projeto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa (CRLx)**
Nuno Mota / Ana Caessa
- 2393 **Arqueologia Urbana no Município de Coimbra**
Sérgio Madeira / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Raquel Santo
- 2407 **A Cidade como ponto de (Re)encontro com o seu território**
Raquel Santos / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Sérgio Madeira
- 2419 **Os antigos sistemas de gestão de água de Coimbra: características formais e estado da arte**
Paulo Morgado / Sónia Filipe
- 2433 **Ecologias da liberdade: materialidades da escravidão e pós-emancipação no mundo atlântico. Um projeto em curso em Portugal e na Guiné-Bissau**
Rui Gomes Coelho / Ana Maria Costa / João Tereso / Maria da Conceição Lopes / Maria da Conceição Freitas / Patrícia Mendes / Rute Arvela / Sandra Gomes / Sara Simões / Sónia Gabriel
- 2441 **Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato – Resultados da intervenção arqueológica**
Susana Rodrigues Cosme / Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos

IPA / IGESPAR, IP / DGPC – EXTENSÃO DE TORRES NOVAS: 25 ANOS

Sandra Lourenço¹, Gertrudes Zambujo², Cláudia Manso³

RESUMO

Desde a sua criação, a Extensão de Torres Novas teve como principais premissas de actuação a salvaguarda do património arqueológico e a gestão da actividade arqueológica num território que foi sofrendo alterações resultantes das reestruturações da administração central.

Procura-se fazer um balanço genérico da actividade desenvolvida ao longo de um quartel de século e do respectivo reajuste a novos enquadramentos institucionais, da legislação que integrou o património arqueológico em várias esferas de actuação, e dos projectos públicos e privados implementados nesse território.

Além das funções regulares inerentes a este serviço descentralizado, tais como a emissão de pareceres técnicos e acções de fiscalização, investiu-se na sensibilização pública e na educação patrimonial para a salvaguarda do património arqueológico.

Com maiores ou menores dificuldades, trilhou-se um longo caminho em prol da salvaguarda do património arqueológico, sendo o futuro próximo uma incógnita.

Palavras-chave: Salvaguarda; Património arqueológico; Balanço e perspectivas.

ABSTRACT

Torres Novas Extension has aimed the safeguarding of archaeological heritage and the management of archaeological activity within a territory submitted to changes brought by the restructuring of the Central Administration. It is presented a generic assessment of the activity carried out over a quarter of a century and its readjustment to new institutional frameworks, legislation concerning the archaeological heritage, and a review on public and private projects implemented in such territory.

In addition to regular functions inherent to this decentralised service, an investment was made in public awareness and education on the safeguarding of archaeological heritage.

A long path has been taken in favor of safeguarding the archaeological heritage, to a greater or lesser extent, being the near future an open question.

Keywords: Safeguard; Archaeological heritage; Assessment and prospects.

1. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E GEOGRÁFICO

Com três diferentes enquadramentos Institucionais, a Extensão Territorial de Torres Novas (ETTN) completou 25 anos em 2023.

Desde a sua criação, e tal como outras Extensões Territoriais (ET), teve como principais premissas de actuação a salvaguarda do património arqueológico

e a gestão da actividade arqueológica num território que foi sendo geograficamente redimensionado em resultado das várias reestruturações orgânicas da Administração Central do Estado.

O Instituto Português de Arqueologia (IPA) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 117/97 de 14 de Maio, na sequência da descoberta das gravuras do Vale do Côa e da necessidade da criação de um organismo com competências específicas na gestão e salvaguarda

1. DGPC – Direção Geral do Património Cultural / slourenco@dgpc.pt

2. DGPC – Direção Geral do Património Cultural / gzambujo@dgpc.pt

3. DGPC – Direção Geral do Património Cultural / claudiamanso@dgpc.pt

do Património Arqueológico, bem como no apoio à investigação arqueológica. Do Decreto-Lei citado destacam-se, no Artigo 3.º, as atribuições nas quais a ETTN teve um papel activo:

“a) Autorizar, fiscalizar tecnicamente e acompanhar a realização de trabalhos arqueológicos, em articulação com as demais entidades com competência na matéria; b) Suspender trabalhos arqueológicos que estejam a ser realizados em violação ou desrespeito das normas em vigor ou das condições previamente estabelecidas para a sua realização; (...)

e) Estudar e propor a definição das normas a que devem obedecer, no domínio da sua área de actuação, os estudos de impacte ambiental ou outros legalmente previstos, prévios à aprovação ou execução de todas as obras públicas ou privadas envolvendo remoção ou revolvimento substancial de terras, para fins agrícolas, industriais, de transportes ou outros; (...)

g) Promover, por intermédio do IPPAR, e de acordo com a regulamentação prevista na respectiva lei orgânica, o embargo administrativo de quaisquer obras ou trabalhos licenciados ou efectuados em desconformidade com a legislação relativa ao património cultural;

h) Proceder à indicação de técnicos de arqueologia, para os estudos de impacte arqueológico a promover por outras entidades que desenvolvem projectos de desenvolvimento e ordenamento imobiliários; (...)

m) Promover a constituição de uma rede nacional de depósitos de espólios de trabalhos arqueológicos;”

No Artigo 10.º, número 1, destacam-se as seguintes competências do Departamento de Gestão e Planeamento:

“d) Apoiar a aplicação no terreno das orientações de política do IPA;

e) Executar as tarefas de prospecção, inventário, registo e fiscalização decorrentes das obrigações legalmente cometidas ao IPA;

f) Monitorizar o estado de preservação dos monumentos e sítios arqueológicos e tomar as iniciativas pertinentes para a sua defesa ou investigação, quando alvo de acto ou ameaça de destruição;

g) Organizar e garantir a manutenção dos depósitos de espólios arqueológicos entregues à sua responsabilidade.
2 – Para o exercício das competências previstas nas alíneas d) a g) do número anterior, o IPA dispõe de equipas técnicas investidas de autonomia e representatividade no seu desempenho.

3 – A criação e distribuição territorial das equipas referidas no número anterior será efectuada por despacho do Ministro da Cultura, tendo em atenção a necessária

articulação com os governos civis, os órgãos e serviços da administração regional e local, bem como com os serviços desconcentrados dependentes de organismos da administração central.”

A implementação pelo IPA de um primeiro modelo específico para a gestão do Património Arqueológico que abarcasse todo o território nacional levou, pois, à criação das ET, através do Despacho n.º 8690/98 (2ª série) de 23 de Março, o qual refere que “*o Instituto Português de Arqueologia (IPA) dispõe de equipas técnicas investidas de autonomia e representatividade no seu desempenho.*”, delimita a respetiva área territorial e determina no seu número 1 que “*Numa primeira fase, são criadas as equipas técnicas, denominadas «extensões do IPA» em Viseu, na Covilhã, em Torres Novas, no Crato e em Castro Verde.*”

As ET correspondiam na prática a serviços de arqueologia desconcentrados que eram fundamentais na actividade e filosofia de actuação do IPA.

De acordo com o despacho supra-referido a ETTN integrava 41 concelhos: a totalidade dos distritos de Leiria, de Santarém (com exceção do município de Benavente), e ainda, 5 concelhos do distrito de Lisboa, a saber, Alenquer, Azambuja, Cadaval, Lourinhã e Torres Vedras.

Com a criação da ET de Pombal do IPA através do Despacho n.º 11596/2001 Diário da República, IIª Série n.º 126 de 31 de Maio, deixariam de integrar a área de actuação da ETTN os seguintes concelhos do distrito de Leiria: Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pombal.

Em 2005, na sequência do Processo de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRA-CE), instrumento com o qual se pretendia efectuar a reestruturação da Administração Central, modernizar e racionalizar os respectivos serviços e propor a nova macroestrutura e microestrutura do Estado, o IPA veio a ser extinto, e as suas competências e atribuições integradas no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Instituto Público (IGESPAR, IP), através do Decreto-Lei n.º 96/2007 de 29 de Março, mantendo a ETTN, naquela fase, a gestão arqueológica do território correspondente aos mesmos 35 concelhos.

Presentemente a ETTN, tal como a de Lisboa, integra a Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), criada pelo Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de Maio, entidade que aplica, em conjunto com as Direcções Regionais de Cultura (DRC), a legisla-

ção relativa à salvaguarda do Património Cultural. Saliente-se que no território da NUT II de Lisboa e Vale do Tejo a DGPC exerce competências e atribuições da arqueologia que no restante território nacional estão acometidas às DRC. Com a reestruturação de 2012, os concelhos da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Porto de Mós foram integrados na DRC do Centro, pelo que actualmente a área gerida pela ETTN integra 31 concelhos.

2. FUNÇÕES DESEMPENHADAS

Das funções desempenhadas na ETTN ao longo dos 25 anos, salientam-se as seguintes:

O acompanhamento e a fiscalização da actividade arqueológica, assegurando a conformidade legal e técnico-científica das intervenções arqueológicas, quer realizadas no âmbito de trabalhos preventivos e de emergência, como em projectos de investigação, incluindo análise e parecer aos Pedidos de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA), aos relatórios técnico-científicos (RTA) e inspecção aos trabalhos arqueológicos;

As inspecções a obras que decorrem em incumprimento da legislação em vigor relativa à salvaguarda do Património Arqueológico;

A participação em reuniões com arqueólogos, entidades públicas (com destaque para as autarquias) e entidades privadas, para a implementação de medidas de salvaguarda do Património Arqueológico e a assessoria técnica;

A representação institucional em Comissões Técnicas de Acompanhamento e Consultivas ao nível dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), com destaque para os procedimentos de revisão dos Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP), Planos de Pormenor de Salvaguarda (PPS) e Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas, e de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) e dos Programas Especiais de Áreas Protegidas;

A representação institucional em Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), quer como membro efectivo nos procedimentos que decorrem na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), quer como entidade externa (se promovidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC), ou como suplente em processos

que decorrem na Agência Portuguesa do Ambiente (APA);

A verificação do cumprimento das condicionantes e medidas de minimização para a salvaguarda do Património Arqueológico que constam nas Declarações de Impacte Ambiental (DIA), dos normativos dos IGT, e de pareceres emitidos pela Tutela do Património Cultural a projectos que incidam em imóveis classificados ou em vias de classificação, em zona geral de protecção (ZGP) ou em zona especial de protecção (ZEP);

A emissão de pareceres a projectos de infra-estruturas, operações urbanísticas, agrícolas e florestais, emitindo as respectivas condicionantes e medidas de salvaguarda do Património Arqueológico;

A análise e parecer a projectos de investigação – Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) e Projectos de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA);

A realização de prospecções arqueológicas, realocização e inventário de sítios arqueológicos no âmbito da Carta Arqueológica Nacional;

A monitorização do estado de conservação de sítios arqueológicos, promovendo acções práticas para a sua salvaguarda;

A organização e manutenção do depósito de espólios arqueológicos existentes na ET, promovendo ainda a criação de reservas arqueológicas municipais na respectiva área de actuação;

A execução de intervenções arqueológicas de emergência, redigindo os respectivos relatórios técnico-científicos e promovendo a divulgação dos resultados em congressos, colóquios ou revistas da especialidade;

A colaboração em congressos, colóquios e acções de divulgação e sensibilização pública junto de escolas, de autarquias e de outras instituições no âmbito da valorização e protecção do Património Arqueológico. Apesar das funções serem *grossa modo* transversais às três instituições, devemos salientar que, sobretudo nos primeiros três anos da actuação do IPA, o trabalho focou-se em aspectos inerentes à instalação da ETTN e à tentativa de sensibilizar os promotores para a necessidade de, aquando da identificação de vestígios arqueológicos no decurso de obras, ou se os projectos incidissem sobre arqueossítios conhecidos, serem os mesmos protegidos e/ou objecto de escavação arqueológica prévia e efectuados os respectivos registos técnico-científicos.

Desta forma, e no intuito de apoiar a aplicação no ter-

reno das orientações do IPA, procedeu-se à apresentação do novo serviço junto dos municípios, primeiro, por ofício, seguida de reuniões várias, por vezes difíceis, com o objectivo de implementar a política de salvaguarda do Património Arqueológico junto daqueles que, à época, eram os licenciadores e principais promotores de projectos com afectação do Património Arqueológico na área de actuação da ETTN; à fiscalização sistemática de obras que decorriam no referido território sem o cumprimento da política de salvaguarda do Património Arqueológico; à triagem e recolha dos processos físicos do Instituto Português do Património Arquitectónico – Direcção Regional de Coimbra (IPPAR) para transitarem para o arquivo de arqueologia do IPA; à notificação de proprietários quanto à existência nos seus terrenos de sítios arqueológicos inventariados na Carta Arqueológica Nacional; à monitorização do estado de conservação de sítios arqueológicos e à realização de várias intervenções arqueológicas de emergência para salvaguarda dos que estavam em risco de destruição, por desconhecimento da legislação em vigor ou pelo facto de os promotores resistirem à concretização do legislado através da contratação de serviços de arqueologia, por si considerados “caros” e “desnecessários”. Releva-se ainda que a estrutura orgânica do IPA era extremamente leve, havendo uma relação directa entre o arqueólogo da Extensão e a Direcção do IPA, permitindo que em situações de eminente destruição de vestígios arqueológicos, fosse rápida a tomada de decisão quanto a procedimentos a implementar para a salvaguarda do Património Arqueológico, autonomizando bastante as funções dos arqueólogos das ET. Com as sucessivas reestruturações orgânicas da Tutela do Património Cultural, foi-se perdendo a capacidade de “tomar a decisão na hora”, traduzindo-se por vezes em paragens de obras, mais ou menos prolongadas, com elevados custos financeiros para os promotores e numa imagem negativa da arqueologia. Todavia, a perda de território na reorganização da Tutela não implicou a diminuição do volume de trabalho na área afecta à ETTN, conforme observável no Gráfico 1.

2.1. Análise de Pedidos de Autorização e de Relatórios

Como anteriormente referido, salienta-se que o volume de trabalho não diminuiu na área afecta à ETTN no que concerne à arqueologia preventiva e de emergência, com excepção dos anos de recessão

económica, conforme observável *infra* no Gráfico 2. Este facto está relacionado com vários factores, nomeadamente, o elevado número de acções de fiscalização de obras públicas e privadas, e de trabalhos arqueológicos; a publicação da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, bem como de legislação nas áreas do Ambiente e dos Instrumentos de Gestão Territorial, que passou a integrar o património cultural, em particular o Património Arqueológico.

Fomentaram-se assim centenas de trabalhos arqueológicos ao longo de vários anos, nomeadamente, no âmbito de procedimentos de AIA (*cf* 2.3), no desenvolvimento de projectos estratégicos quer a nível nacional, no caso de grandes eixos rodoviários (IP6, A13, A15, A8, A17, IC9 e IC3), quer a nível regional ou municipal, caso de projectos promovidos pelos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS) e pelas Câmaras Municipais (*e.g.*, municípios de Santarém, Torres Novas e Almeirim), por entidades gestoras de projectos multimunicipais que, atravessando vários concelhos da região Oeste e do Médio Tejo, implantaram quilómetros de condutas, ETARS e Estações Elevatórias, e ainda projectos de requalificação urbana, como são os casos de Tomar Polis e de Leiria Polis. A par destes projectos, foram sendo concretizadas, sobretudo por particulares, intervenções de reabilitação de imóveis nos Centros Históricos, intenções que aumentaram nos últimos anos fruto das políticas para o alojamento local e para a reabilitação urbana.

Somos também de realçar que, como consequência da recessão económica de 2011-2013 e das medidas da TROIKA, estagnando o investimento em novos projectos, foi notório o decréscimo do número de PATA, tendo em conta que o vulto da actividade arqueológica gerida pela ETTN está efectivamente relacionado com a execução de obras públicas e particulares, começando a sentir-se gradualmente essa crise a partir de 2011, com agudização nos anos de 2015 e 2016 (*cf*. Gráfico 2).

Entre 2011 e 2012 o número de RTA analisados é ainda elevado dado que se reporta a trabalhos arqueológicos de anos anteriores, durante os quais a respectiva análise foi inviabilizada pelo enorme volume de trabalho.

Ainda que o Gráfico 2 seja omissivo na matéria, é perfeitamente perceptível com base numa experiência profissional comprovada de um quartel de século, que

a maioria dos trabalhos arqueológicos ocorreu, por ordem de grandeza, no âmbito da arqueologia preventiva, da arqueologia de emergência, e por último, da arqueologia de investigação. Esta última teve um grande dinamismo com a criação do IPA que incrementou o desenvolvimento da investigação arqueológica e a sua interligação com as ciências auxiliares da arqueologia, através da criação do laboratório das arqueociências e do financiamento dos PNTA, pelo que no âmbito deste enquadramento institucional foram muitos os projectos de investigação concretizados. No entanto, durante a vigência do IGESPAR, IP e da DGPC ocorreria a anulação do apoio financeiro, com acentuado decréscimo do número de projectos de investigação no território da ETTN, sendo que somente nos últimos quatro anos tem aumentado o respectivo número, na maioria dos casos enquadrados em programas de doutoramento com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

2.2. Inspeções

Na senda do referido no ponto anterior, devemos destacar que de modo geral o território de actuação da ETTN, ainda que possa ser comparativamente menor ao de outras ET, foi sempre, com a excepção dos anos de recessão económica, muito dinâmico ao nível de projectos públicos e privados, e por consequência em número de trabalhos de arqueológicos desenvolvidos. A fiscalização da actividade arqueológica, assegurando a conformidade legal e técnico-científica das intervenções arqueológicas, bem como de obras públicas e privadas na salvaguarda do Património Arqueológico e implementação das medidas de minimização adequadas, em conformidade com o disposto no número 1 do Artigo 75.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro “*Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável nos termos da lei, o princípio de conservação pelo registo científico*”, seria a premissa contínua de actuação, independentemente do enquadramento institucional.

A actividade de fiscalização foi sempre assegurada pela ETTN, constatando-se pela análise do Gráfico 3 haver dois notórios picos: no período entre 2002 e 2004, e em 2010 (os dois correspondentes à construção de infra-estruturas rodoviárias), mantendo-se relativamente constante nos restantes anos. Nos períodos do IPA e grande parte do IGESPAR, IP foi possível conciliar a emissão de pareceres com a realização de reuniões e inspecções periódicas. Contudo, esta situação foi-se alterando no ocaso do IGESPAR,

IP, e depois com a criação da DGPC, em consequência de: modelo de funcionamento destes organismos, em que os procedimentos burocráticos passaram a ser efetuados pelos arqueólogos numa base de dados pouco operativa e morosa; emissão de pareceres mais completos e abrangentes sobre PATA e RTA no âmbito de legislação publicada; participação regular em procedimentos de IGT e complexificação dos respectivos pareceres; a diversificação das matérias de incidência dos pareceres técnicos; e do facto da ETTN ter apenas duas arqueólogas – a equipa técnica seria somente reforçada em Fevereiro de 2020 com a entrada de outra arqueóloga – mesmo quando estas produziram resultados muito além do horário de trabalho.

A presença no terreno foi fundamental para alicerçar na prática o cumprimento da legislação em vigor para a salvaguarda do Património Arqueológico por municípios e entidades privadas.

Refira-se que as inspecções realizadas tiveram, no cômputo geral, uma grande incidência em meio urbano face ao tipo de projectos implementados, com excepção dos relacionados com procedimentos de AIA e projectos rodoviários e de infraestruturas multimunicipais (Águas e Saneamento) supra referidos em 2.1. e que decorreram maioritariamente em meio rural, bem como na categoria da arqueologia preventiva e de emergência.

A nível concelhio é notório, pela análise do Gráfico 4, que se destacam Tomar, Santarém, Torres Novas e Leiria, salientando-se que estas cidades (à excepção de Torres Novas cujo aumento da actividade arqueológica se notou desde há cerca de 10 anos) tiveram, desde o período do IPA, grande dinamismo ao nível da concretização de projectos de infra-estruturas e de reabilitação/requalificação urbana nos seus Centros Históricos, a somar ao facto de Santarém e Leiria cedo terem integrado arqueólogos na sua estrutura orgânica.

Ao invés de municípios como Abrantes, Óbidos, Torres Vedras e Peniche, que apesar de terem Centros Históricos e equipas municipais de arqueologia desde a fase do IPA, foi ao longo dos anos notória a dificuldade em incrementar uma política de salvaguarda do Património Arqueológico de carácter sistemático, sobretudo ao nível das obras particulares, situação que apenas nos últimos 4 a 5 anos se tem vindo a alterar.

2.3. Avaliação de Impacte Ambiental

A participação da Tutela do Património Cultural nos procedimentos de AIA começou a tornar-se sis-

temática a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, que aprovava o regime jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental dos projectos públicos e privados susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, visando a promoção de uma política de desenvolvimento sustentável e a gestão equilibrada dos recursos naturais. Neste âmbito, a participação da ETTN nos procedimentos de AIA começou a partir do ano de 2001, enquanto membros suplentes das Comissões de Avaliação (CA), com a missão de efectuar as visitas aos locais dos projectos, e avaliar se os mesmos estavam em execução e que efeitos podiam ter sobre ocorrências patrimoniais identificadas, assim como observar se as condições de visibilidade do solo condicionaram os resultados dos trabalhos de prospecção efetuados. As visitas eram vertidas em pareceres técnicos com o objectivo de auxiliar o representante efectivo da Tutela do Património Cultural a elaborar o parecer final e a proposta de medidas de minimização.

A partir de 2005, a ETTN começa a emitir o parecer final aos procedimentos de AIA promovidos pela CCDRC, na qualidade de entidade externa.

Entre 2007 e 2015, a ETTN é nomeada enquanto representante efectiva do IGESPAR, IP nos procedimentos de AIA promovidos pela CCDR-LVT, passando a representar a Tutela em todas as fases da AIA, e ainda a verificar o cumprimento da DIA na fase de execução do projecto, pronunciando-se também sobre pedidos de prorrogação das DIA.

Por determinação superior, a partir de 2016 a ETTN deixou de integrar as CA dos procedimentos de AIA, representação que passaria a ser assegurada na área de actuação da DGPC pela Unidade de Coordenação de Avaliação de Impacte Ambiental (UCAIA).

Os projectos sujeitos a AIA nos quais a ETTN teve participação directa concerniam: pedreiras, parques eólicos, unidades industriais, instalações avícolas, matadouros, parques de negócios, empreendimentos turísticos, infra-estruturas viárias, barragens e infra-estruturas náuticas e linhas de transporte de energia.

2.4. Instrumentos de Gestão Territorial

Face à legislação publicada ao nível da gestão e ordenamento do território, a qual integrou a identificação, salvaguarda e valorização do Património Cultural, e dos sítios arqueológicos em particular, a ETTN, participou ao longo de anos e sob diversos enquadramentos institucionais nas Comissões Técnicas de Acompanhamento e nas Comissões Con-

sultivas dos IGT, de âmbito regional e municipal.

Esta participação traduziu-se em reuniões, visitas, e na análise e parecer da documentação produzida nas várias etapas técnicas destes procedimentos, sendo exemplificativos: a revisão de PDM (alguns dos quais demoraram mais de uma década a ser concluídos), a elaboração do PROT-OVT, a revisão/elaboração dos Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (Castelo do Bode, São Domingos, Albufeira de Magos), a reconversão de Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas em Programas Especiais (Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, e ainda do Parque Arqueológico do Vale do Côa e do Parque Natural do Tejo Internacional, estes inclusive localizados fora da esfera de actuação da ETTN). De igual forma, emitiu-se parecer a vários PP, PPS e PU.

Salienta-se, além disso, a colaboração com o ICNF, IP na elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas na área do Património Cultural, implicando que em 2007 fosse realizado o levantamento patrimonial e arqueológico da parte emersa da ilha da Berlenga. Na fase de consulta pública foi também emitido parecer ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça – Mafra.

Refira-se que ao longo de anos de participação nestes IGT procurou-se que a elaboração e a revisão dos mesmos fossem além da consulta das bases de dados patrimoniais e da pesquisa bibliográfica, e tivessem por base trabalhos de prospecção arqueológica, com realocização de sítios e aferição do seu estado de conservação, e a identificação de novos sítios que seriam salvaguardados em regulamento e nas peças gráficas. Esta orientação técnica demorou anos a ser implementada face à resistência dos municípios em promover estes trabalhos, contudo, com a publicação de nova legislação, nomeadamente, a Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e o Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e devido à persistência técnica, alguns PDM vieram a contemplar a realização de trabalhos de prospecção arqueológica (*e.g.*, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche, Porto de Mós, Alenquer, Torres Vedras, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas).

2.5. Emissão de pareceres: projectos de infra-estruturas; urbanísticos; florestais e agrícolas

Decorrente do trabalho de fiscalização de obras e com o objectivo de salvaguardar o Património Arqueológico, a ETTN emite parecer a projectos de infra-estruturas (*e.g.*, gás natural, electricidade, águas e saneamento) quando os mesmos se localizam em Centros Históricos, em ZGP e ZEP, na proximidade de arqueossítios, ou quando, apesar da grande extensão dos projectos, estes estão isentos de AIA, como foi o caso de SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., Águas do Oeste, S.A., Águas do Centro e Zêzere, Águas do Ribatejo, Águas de Santarém, EM, S.A., Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. e Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., nos quais se conseguiu implementar o acompanhamento arqueológico obrigatório das empreitadas. Nestes casos, a concretização de medidas de minimização foi antecedida de reuniões e pareceres, um processo negocial longo e amiúde tenso, dada a resistência destas entidades em considerar a arqueologia como uma das especialidades da obra. Quando se tem conhecimento pela comunicação social ou por outra via de que vão ser implementados projectos urbanísticos que se localizam em sítios arqueológicos ou em áreas arqueologicamente sensíveis, a ETTN oficia os proponentes e/ou as autarquias visadas no sentido de alertar para a existência de Património Arqueológico e solicita o envio do respectivo projecto para emissão de parecer, indicando-se o tipo de trabalhos arqueológicos a realizar ou recomendando a alteração do projecto para evitar a afetação do solo e desta forma reduzir o impacto da obra sobre os vestígios arqueológicos. A modernização da agricultura e a implementação de práticas agrícolas de exploração intensiva e hiperintensiva, traduziu-se infelizmente na destruição de vários sítios arqueológicos, mesmo quando inventariados na base de dados Endovélico, nos PDM ou publicados em revistas da especialidade. Para fazer face à situação, a DGPC encetou um longo e persistente processo negocial com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP, tendo-se conseguido que esta entidade passasse a comunicar à DGPC e às DRC a entrada de projectos agrícolas incidentes em sítios arqueológicos ou localizados até 50m de distância ao ponto georreferenciado do arqueossítio, de forma a poder-se emitir parecer ao projecto e determinar as medidas de salvaguarda a implementar. Os pareceres emitidos atentam a aspectos como: a existência de servidão administrativa, o tipo de sítio e respectivo grau de preservação e

o tipo de trabalhos arqueológicos que será necessário efectuar ponderando o impacto da empreitada ao nível do solo e subsolo. Em função destas especificidades, os pareceres podem determinar a definição de uma área (correspondente ao sítio arqueológico) onde se interdita a execução do projeto se o mesmo tiver impacto ao nível do solo e subsolo, e/ou o tipo de trabalhos arqueológicos a realizar (*e.g.*, realocização do sítio, prospecção da área da propriedade, sondagens ou escavação arqueológica em área). Ainda que de modo pontual – por falta de cooperação do organismo responsável pela gestão e autorização das operações florestais – também têm sido emitidos pareceres no âmbito da salvaguarda do património arqueológico em projectos de natureza florestal.

2.6. Trabalhos arqueológicos

No final da década de 90 do século passado e início do século XXI, e no âmbito de obras públicas e privadas que estavam a colocar em risco sítios arqueológicos na área de actuação da ETTN, foram realizadas algumas intervenções de emergência e preventivas. Corresponde a uma fase em que, de modo geral, havia resistência por parte das autarquias e de promotores particulares relativamente às imposições legais de salvaguarda do Património Arqueológico, agravada pelo facto de a maioria dos municípios ou de entidades da administração central (caso do ICNF, IP) não integrarem arqueólogos nos respectivos quadros. Na Tabela 1 sistematizam-se então esses trabalhos arqueológicos realizados pelas arqueólogas da ETTN.

Esta prática veio a alterar-se com a implementação da legislação em vigor e com a progressiva instituição do procedimento de contratação de arqueólogos e/ou empresas de arqueologia pelos promotores de projectos.

3. OUTRAS AÇÕES: SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

No âmbito de um trabalho que foi sendo executado tanto em estreita articulação com arqueólogos, como com diversas entidades públicas e privadas, incluindo o *cidadão comum*, os quais por desconhecimento do que é a arqueologia e da legislação em vigor, afectaram copiosamente contextos arqueológicos, tornou-se peremptória a sensibilização para a salvaguarda do Património Arqueológico.

Obviamente que a matéria era inerente ao discurso

proferido em inspeções e reuniões, mas era necessário ir além, e promover acções de sensibilização pública e de divulgação que integrassem a arqueologia na vivência social, ainda que tal não pudesse ser focal no cômputo do trabalho da ETTN. Estas acções partiram do pressuposto de que só conhecendo se protege o património, e de que só explicando a necessidade de realização de trabalhos arqueológicos em contexto de obras públicas e privadas, se justificará a utilidade social da actividade arqueológica e do investimento financeiro a esta associado. Assim, foram pontualmente efectuadas acções de sensibilização direccionadas às autarquias e empresas privadas, à comunidade em geral, e também ao público infantil e juvenil, na vertente da educação patrimonial, com a organização de Oficinas de Arqueologia que foram sendo bem recebidas pela comunidade escolar.

Paralelamente procurou-se participar em colóquios, congressos e simpósios com a apresentação dos trabalhos arqueológicos realizados na ETTN, e a publicação dos dados arqueológicos obtidos no âmbito das intervenções preventivas e de emergência.

Na Tabela 2 sistematizam-se as acções concretizadas, sendo que os artigos científicos produzidos no âmbito do trabalho da ETTN integram a bibliografia.

4. BALANÇO E PERSPECTIVAS

Ao longo de um quartel de século, num território com grande investimento económico e que integrou entre 41 e 31 municípios, foram concretizadas largas centenas de projectos públicos e privados e de trabalhos arqueológicos.

A evolução da legislação produzida ao nível do Património Cultural, bem como nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território implicou a integração do Património Arqueológico em várias esferas de actuação. É inegável que o trabalho da ETTN, através das acções de fiscalização, reuniões e emissão de pareceres técnicos, foi fulcral para que no respectivo território de actuação fosse dado cumprimento à legislação em vigor em matéria de salvaguarda do Património Arqueológico, tal como foi o trabalho das restantes ET, já extintas... É verdade que foram muitas as pelejas, e que na fase inicial houve forte resistência à salvaguarda do Património Arqueológico, e também que ainda hoje há situações de crasso incumprimento do preceituado.

Foram 22 anos em que um território dinâmico ao nível da execução de vários tipos de projectos esteve

a “carga” de duas arqueólogas apenas, técnicas que muitas vezes sentiram que davam, de forma solitária, o “corpo às balas”, trabalhando além do horário normal e por forma a conciliar as acções de terreno com procedimentos burocráticos. As críticas à nossa actuação foram sempre existindo, umas com fundamento, e tomadas por construtivas, outras apenas para criar entropia e por certo impelidas pelo desconhecimento pessoal do volume de trabalho inerente ao desempenho destas funções. Se inicialmente as condições para o exercício do trabalho eram excelentes, ao longo dos anos esses meios foram-se deteriorando, notando-se, por exemplo, nas más condições das instalações onde estivemos alocadas durante 10 anos (com a incredulidade de alguns dos que conheceram o espaço), equipamento informático obsoleto, problemas mecânicos das viaturas oficiais afectas à ETTN, gerando dúvidas sobre as condições de segurança rodoviária e impedindo-nos frequentemente de participar em reuniões e de efectuar fiscalizações, sendo que em vários momentos a respectiva reparação demoraria semanas a concretizar-se.

Se na fase do IPA, até porque tudo estava no início, era certo um apoio imediato da Direcção e o aconselhamento jurídico em processos mais complexos, a partir da fase do IGESPAR, IP sentiu-se muito o isolamento e o atraso nas tomadas de decisão, tendo o apoio jurídico passado a ser praticamente inexistente, culminando com idas das técnicas a tribunal para testemunhar em vários processos, alguns complexos e prolongados no tempo, em que as próprias arqueólogas tinham que estudar e preparar os testemunhos sem qualquer apoio jurídico da Tutela.

As pelejas foram sendo múltiplas e desgastantes, não só ao nível dos processos de arqueologia, mas também no sentido de se pugnar pela melhoria das condições de trabalho e do reforço da equipa técnica da ETTN com mais arqueólogos, o que apenas recentemente aconteceu. A verdade é que a ETTN foi durante um quartel de século um “mini” organismo da Tutela, onde se fez um pouco de tudo, desde o trabalho técnico, ao secretariado, a mudanças de instalações, ou mesmo limpeza...

Com maiores ou menores dificuldades, com a tomada de boas ou menos boas decisões técnicas, trilhou-se um longo caminho em prol da salvaguarda do Património Arqueológico, sendo o futuro próximo uma incógnita, sobretudo em como na prática irá ser operacionalizada a nova reestruturação. À data da redacção deste artigo já é pública a decisão de

extinção das DRC e a sua integração nas CCDR, e o anúncio pelo Ministro da Cultura e da Secretária de Estado de uma grande reestruturação na DGPC, entidade que é também extinta e dará lugar a dois novos organismos, sendo certo o fim da ETTN, a última resistente a par da ET de Lisboa. Fica a sensação de que uma estratégia de trabalho que estruturou a Arqueologia Portuguesa ao longo de duas décadas e meia, aqui incluindo o trabalho desenvolvido nas DRC, será totalmente obliterada. Quando olhamos para os princípios que conduziram à criação do IPA, a reestruturação em curso perfila-se, no que concerne à salvaguarda do Património Arqueológico, num retrocesso organizacional e civilizacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Nélson; ROCHA, Leonor (2011) – E depois do adeus... Uma breve retrospectiva sobre a Extensão do Crato do Instituto Português Arqueologia (1998-2006). In *Arqueologia do Norte Alentejano Comunicações das 3.as Jornadas*, Lisboa: pp. 395-401.
- BRAGANÇA, Filipa; ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra (2019) – Balanço dos incêndios 2017. In *SCIENTIA ANTIQUITATIS*. Évora. Vol. 3:1, pp. 411-478.
- BRAGANÇA, Filipa; ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra *et alii* (2020) – Salvaguarda de Património arqueológico em operações florestais: gestão e sensibilização. In *III Congresso da AAP* (Arqueologia em Portugal 2020 – Gestão, Valorização e Salvaguarda do Património). Lisboa: pp. 165-178.
- BUGALHÃO, Jacinta (2021) – A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 – 2014), Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: 3 vols.
- BUGALHÃO, Jacinta; LOURENÇO, Sandra (2005) – Vestígios romanos na Ilha da Berlenga. In *Congresso: A presença romana na região Oeste*, Bombarral: pp. 57-63.
- BUGALHÃO, Jacinta; LOURENÇO, Sandra (2006) – Trabalhos Arqueológicos na Ilha da Berlenga. In *I Jornadas de Arqueologia e Património da Região de Peniche*. Edição on-line www.cm-peniche.pt: pp. 138-156.
- BUGALHÃO, Jacinta; LOURENÇO, Sandra (2006) – As Formas de Pão de Açúcar da Ilha da Berlenga. In *A cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna*. Machico: pp. 47-61.
- BUGALHÃO, Jacinta; LOURENÇO, Sandra (2006) – As ânforas romanas da Ilha da Berlenga. In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: 13, pp. 279-294.
- BUGALHÃO, Jacinta; LOURENÇO, Sandra (2007) – Levantamento Patrimonial e Arqueológico da Ilha da Berlenga (parte emersa) – Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Berlenga.
- BUGALHÃO, Jacinta; LOURENÇO, Sandra (2011) – A ocupação romana da ilha da Berlenga. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 14:2, pp. 203-215.
- DEUS, Manuela de; LOURENÇO, Sandra *et alii* (2007) – O Estado da Arqueologia em Portugal: uma reflexão interna. In *Almandan*. Almada. IIª Série: Vol. 15, pp. 104-105.
- LOURENÇO, Sandra (2002) – A ocupação Medieval da Rua Tenente Valadim, n.º 1 e 3 (Torres Novas). In *Nova Augusta*. Torres Novas: 14, pp. 109-156.
- LOURENÇO, Sandra; GERTRUDES, Zambujo (2000) – A estrutura de combustão de Barreiros (Riachos). In *Nova Augusta*. Torres Novas: 12, pp. 195-224.
- LOURENÇO, Sandra; ZAMBUJO, Gertrudes (2010) – O património arqueológico e os grandes projectos rodoviários: metodologias de trabalho. Análise ao acompanhamento e sondagens realizadas em contexto de obra. In *Estradas de Portugal, SA*, pp. 2-31.
- LOURENÇO, Sandra; GERTRUDES, Zambujo (2014) – A Arqueologia Torrejana: para lá da investigação uma oportunidade cultural. In *Nova Augusta*. Torres Novas: 26, pp. 243-255.
- LOURENÇO, Sandra; GERTRUDES, Zambujo (2015) – Trabalhos Arqueológicos no Maciço Calcário Estremenho nos últimos 15 anos. In *Antrope* (Revista em Linha). Tomar.
- LOURENÇO, Sandra; GERTRUDES, Zambujo; BORRALHO, José (2000) – Intervenção Arqueológica na Igreja da Misericórdia (Torres Novas). In *Nova Augusta*. Torres Novas: 12, pp. 173-193.
- LOURENÇO, Sandra; ZAMBUJO, Gertrudes; NOBRE, Cláudia (2003) – A Cova do Bagaço uma herança perdida (Travessa da Misericórdia, Tomar). In *ARKEOS*. Tomar: 14, pp. 193-206.
- LOURENÇO, Sandra; ZAMBUJO, Gertrudes; SERRA, Jorge *et alii* (2006) – Trabalhos de monitorização na estação romana de villa Cardilium (Torres Novas). In *Nova Augusta*. Torres Novas: 18, pp. 299-331.
- SEQUEIRA, Maria José; GERTRUDES, Zambujo; LOURENÇO, Sandra (2014) – A salvaguarda do Património Arqueológico nos Planos Municipais de Ordenamento do Território: o exemplo do Plano Director Municipal. In *Congresso Internacional Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva*. Lisboa.
- ZAMBUJO, Gertrudes (2004) – Resultados dos Trabalhos Arqueológicos Realizados no Cemitério Novo de Marmenlais (Tomar). In *ARKEOS*. Tomar: 15, pp. 55-80.
- ZAMBUJO, Gertrudes (2019) – o Sítio Arqueológico da Quinta do Bispo (Parceiros) – Leiria. In V. Carvalho (coord.) *Museu de Leiria*. Leiria: pp. 101-104.
- ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra (2003) – Duas novas datações absolutas para a Ponta da Vigia (Torres Vedras). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 6:1, pp. 69-78.
- ZAMBUJO, Gertrudes; CARVALHO, Susana (2005) – Quinta do Bispo – Parceiros: O primeiro sítio Mesolítico da Bacia do

LisTomar). In S. Carvalho (coord.) *Habitantes e Habitats. Pré e Proto-História na Bacia do Lis*. Leiria: pp. 84-103.

ZAMBUJO, Gertrudes; LOURENÇO, Sandra (2005) – Covão do Poço – resultados da intervenção arqueológica. In *I Jornadas de Património e Arqueologia do Litoral Centro. “Resultados e perspectivas”*, Porto de Mós: pp. 71-79.

Áreas de actuação das Extensões do IPA



Extensão do Minho e Douro Litoral

Distrito de Braga

AMARES, BARCELOS, BRAGA, CABEZEIRAS DE BASTO, CELORICO DE BASTO, ESPOSENDE, FAFE, GUIMARÃES, PÓVOA DE LANHOSO, TERRAS DO BOURO, VIEIRA DO MINHO, VILA NOVA DE FAMALICÃO, VILA VERDE.

Distrito do Porto

AMARANTE, BAIÃO, FELGUEIRAS, GONDOMAR, LOUSADA, MAIA, MARCO DE CANAVESES, MATOSINHOS, PAÇOS DE FERREIRA, PAREDES, PENAFIEL, PORTO, PÓVOA DO VARZIM, SANTO TIRO, VALONGO, VILA DO CONDE, VILA NOVA DE GAIA.

Distrito de Viana do Castelo

ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, MELGAÇO, MONÇÃO, PAREDES DE COURA, PONTE DA BARCA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO CASTELO, VILA NOVA DE CERVEIRA.

Extensão de Trás-os-Montes

Distrito de Bragança

ALFÂNDEGA DA FÉ, BRAGANÇA, CARRAZEDA DE ANSIÃES, FREIXO DE ESPADA À CINTA, MACEDO DE CAVALEIROS, MIRANDA DO DOURO, MIRANDELA, MOGADOURO, TORRE DE MONCORVO, VILA FLOR, VIMIOSO, VINHAIS.

Distrito de Vila Real

ALLJÓ, BOTICAS, CHAVES, MESÃO FRIO, MONDIM DE BASTO, MONTALEGRE, MURÇA, PESO DA RÉGUA, RIBEIRA DE PENA, SABROSA, SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, VALPAÇOS, VILA POUCA DE AGUIAR, VILA REAL.

Extensão de Viseu

Distrito de Aveiro

AGUEDA, ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AROUCA, AVEIRO, CASTELO DE PAIVA, ESPINHO, ESTARREJA, ILHAVO, MEALHADA, MURTOSA, OLIVEIRA DE AZEITEIROS, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, S. JOÃO DA MADEIRA, SANTA MARIA DA FEIRA, SEVER DO VOUGA, VAGOS, VALE DE CAMBRA.

Distrito de Coimbra

ARGANIL, CANTANHEDE, COIMBRA, CONDEIXA-A-NOVA, FIGUEIRA DA FQ, GÓIS, LOUSÁ, MIRA, MIRANDA DO CORVO, MONTEMOR-O-VELHO, OLIVEIRA DO HOSPITAL, PAMPILHOSA DA SERRA, PENACOVA, PENELA, SOURE, TÁBUA, VILA NOVA DE POIARES.

Distrito de Viseu

ARMAMAR, CARREGAL DO SAL, CASTRO DAIRE, CINFÃES, LAMEGO, MANGUALDE, MOIMENTA DA BEIRA, MORTAGUA, NELAS, OLIVEIRA DE FRADES, PENALVA DO CASTELO, PENEDONO, RESENDE, S. JOÃO DA PESQUEIRA, S. PEDRO DO SUL, SANTA COMBA DÃO, SÁTÃO, SERNANCELHE, TABUAÇO, TAROUCA, TONDELA, VILA NOVA DE PAIVA, VISEU, VOUZELA.

Extensão da Covilhã

Distrito de Castelo Branco

BELMONTE, CASTELO BRANCO, COVILHÃ, FUNDÃO, IDANHA-A-NOVA, OLEIROS, PENAMACOR, PROENÇA-A-NOVA, SERTÃO, VILA DE REI, VILA VELHA DE RÓDÃO.

Distrito da Guarda

AGUIAR DA BEIRA, ALMEIDA, CELORICO DA BEIRA, FIGUEIRA DE CASTELO, RODRIGUE, FORNOS DE ALGODRES, GOUVEIA, GUARDA, MANTEIGAS, MEDA, PINHEL, SABUGAL, SEIA, TRANCOSO, VILA NOVA DE FOZ COA.

Extensão de Torres Novas

Distrito de Leiria

ALCOBAÇA, ALVIAZERE, ANSIÃO, BATALHA, BOMBARRAL, CALDAS DA RAINHA, CASTANHEIRA DE PERA, FIGUEIRO DOS VINHOS, LEIRIA, MARINHA GRANDE, NAZARÉ, ÓBIDOS, PEDRÓGÃO GRANDE, PENICHE, POMBAL, PORTO DE MÓS.

Distrito de Lisboa

ALENQUER, AZAMBUJA, CADAVAL, LOURINHÃ, TORRES VEDRAS.

Distrito de Santarém

ABRANTES, ALCANENA, ALMEIRIM, ALPIARÇA, CARTAXO, CHAMUSCA, CONSTÂNCIA, CORUCHE, ENTRONCAMENTO, FERREIRA DO ZÉZERE, GÓLEGA, MAÇÃO, RIO MAIOR, SALVATERRA DE MAGOS, SANTARÉM, SARDOAL, TOMAR, TORRES NOVAS, VILA NOVA DA BARQUINHA, VILA NOVA DE OURÉM.

Extensão do Crato

Distrito de Évora

ALANDROAL, ARRAIOLOS, BORBA, ESTREMOZ, ÉVORA, MONTEMOR-O-NOVO, MORA, MOURÃO, PORTEL, REDONDO, REGUENGOS DE MONSARAZ, VENDAS NOVAS, VIANA DO ALENTEJO, VILA VIÇOSA.

Distrito de Portalegre

ALTER DO CHÃO, ARRONCHES, AVIS, CAMPO MAIOR, CASTELO DE VIDE, CRATO, ELVAS, FRONTEIRA, GAVIÃO, MARVÃO, MONFORTE, NISA, PONTE DE SOR, PORTALEGRE, SOUSEL.

Extensão de Lisboa

Distrito de Lisboa

AMADORA, ARRUDA DOS VINHOS, CASCAIS, LISBOA, LOURES, MAFRA, OEIRAS, SINTRA, SOBRAL DE MONTE AGRAÇO, VILA FRANCA DE XIRA.

Distrito de Setúbal

ALCOCHETE, ALMADA, BARREIRO, MOITA, MONTUJO, PALMELA, SEIXAL, SESIMBRA, SETÚBAL.

Distrito de Santarém

BENAVENTE.

Extensão de Castro Verde

Distrito de Beja

ALJUSTREL, ALMODÓVAR, ALVITO, BARRANCOS, BEJA, CASTRO VERDE, CUBA, FERREIRA DO ALENTEJO, MÉRTOLA, MOURA, ODEMIRA, OURIQUE, SERPA, VIDIGUEIRA.

Distrito de Setúbal

ALCÁÇER DO SAL, GRÂNDOLA, SANTIAGO DO CACÉM, SINES.

Extensão de Silves

Distrito de Faro

ALBUFEIRA, ALCOUTIM, ALJEZUR, CASTRO MARIM, FARO, LAGOA, LAGOS, LOULÉ, MONCHIQUE, OLHÃO, PORTIMÃO, S.BRAS DE ALPORTEL, SILVES, TAVIRA, VILA DO BISPO, VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

Figura 1 – Áreas de Actuação das Extensões do IPA (BUGALHÃO, 2021).

NÚMERO DE INFORMAÇÕES POR ANO

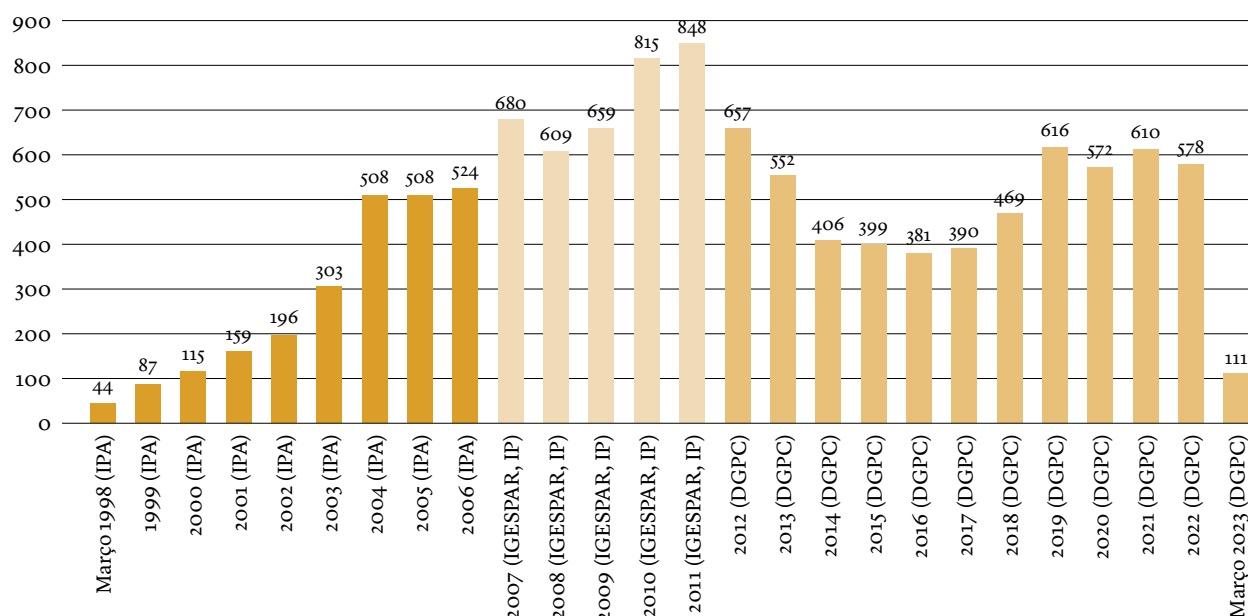


Gráfico 1- IPA 1998-2006 (Dec-Lei nº11/97 de 14 de Maio / Despacho nº 8690/98); IGESPAR, IP 2007-2011 (Dec-Lei nº97/2007 de 24 de Março); DGPC 2012-2023 (Dec-Lei nº115 /2012 de 25 de Maio).

NÚMERO PATA E RTA POR ANO

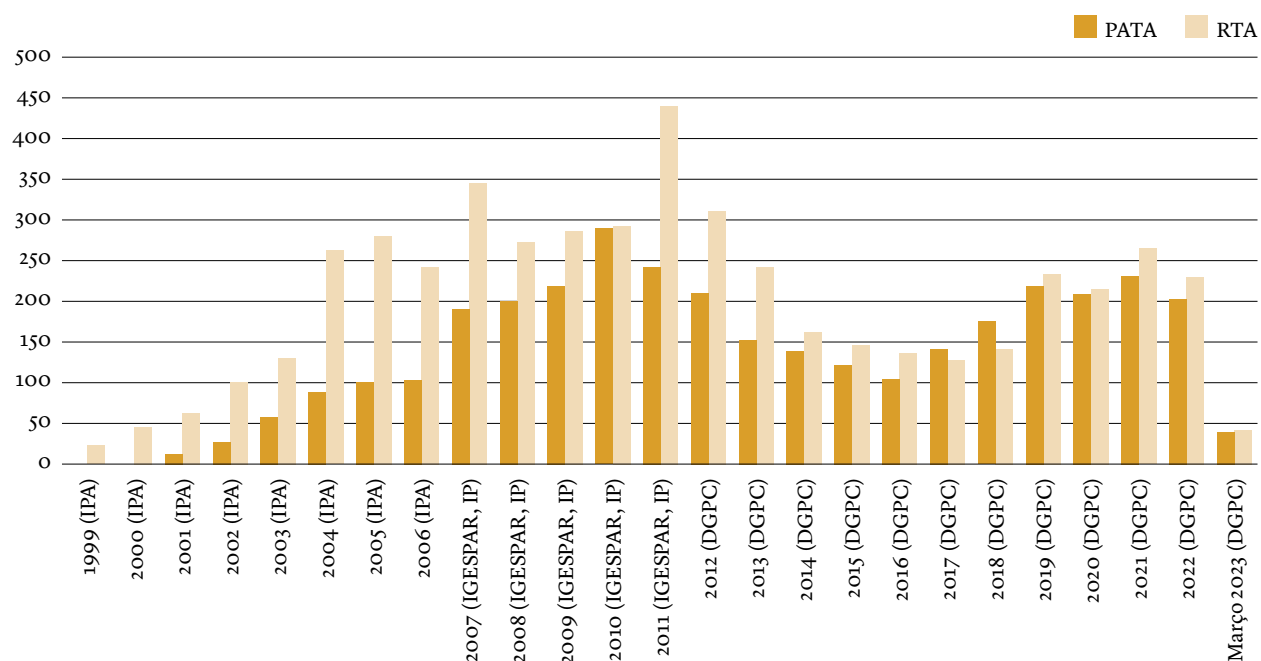


Gráfico 2 - Número de PATA e RTA por ano.

NÚMERO DE INSPEÇÕES POR ANO

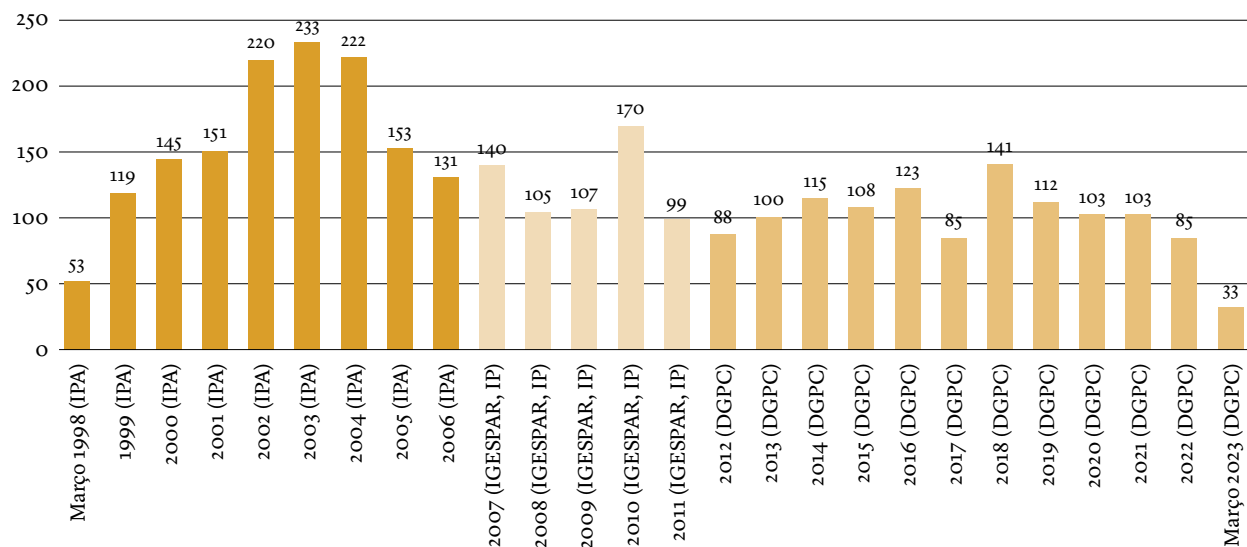


Gráfico 3 – Número de Inspeções por ano.

NÚMERO DE INFORMAÇÕES POR CONCELHO

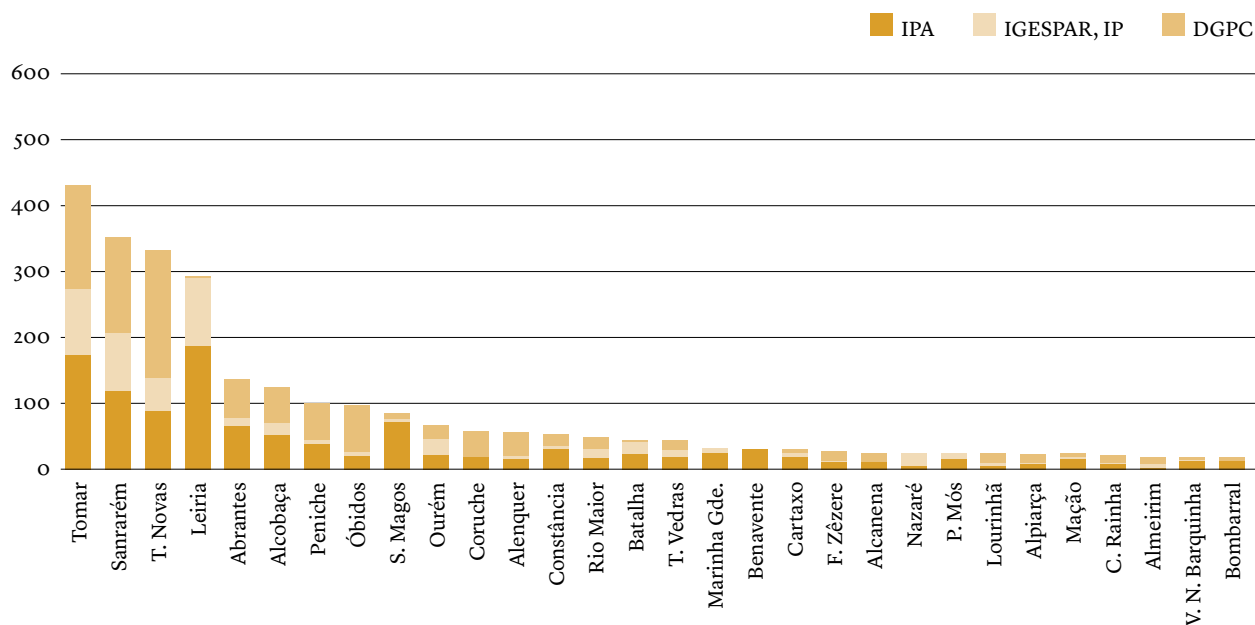


Gráfico 4 – Número de Inspeções por Concelho.

Ano	Projeto/Sítio	Tipo de Trabalho	Concelho
1998	Cemitério Novo de Marmelais	Sondagens em codirecção com o Dr. António Monteiro	Tomar
1998	Fábrica da SPAL	Acompanhamento	Alcobaça
1999/2000	Instalação de antenas telecomunicação	Prospecção	Marinha Grande, Abrantes, Torres Novas, Ourém, Batalha, Alenquer, Torres Vedras, Batalha, Leiria, Pombal, Sardoal, Mação, Alcobaça, Azambuja, Cadaval, Chamusca, Lourinhã, Santarém, Peniche
1999	ETAR de Riachos – estrutura de combustão de Barreiros	Acompanhamento e escavação	Torres Novas
1999	Igreja da Misericórdia	Escavação	Torres Novas
1999	Gruta do Covão do Poço	Escavação	Alcanena
1999	Centro de Dia de Rio de Couros	Acompanhamento	Ourém
1999/2002	Fonte do Sapo – cobertura do sítio arqueológico e abertura de caminho de acesso no âmbito da construção do IP6	Acompanhamento em codirecção com a Dra. Filomena Gaspar	Abrantes
1999/2000	Ponta da Vigia	Escavação	Torres Vedras
2000, 2004, 2006, 2007, 2016, 2017, 2018	Ilha da Berlenga – Bairro dos Pescadores, Moinho, Figueiras, Gruta do Forte e Gruta do Perna Fina	Escavação, acompanhamento e prospecção, em codirecção com a Doutora Jacinta Bugalhão	Peniche
2000	Imóvel na Rua Tenente Valadim, nº 1 e 3	Escavação	Torres Novas
2000	Imóvel na Rua Trás-os-Muros	Acompanhamento	Torres Novas
2000	Imóvel na Travessa da Misericórdia	Escavação	Tomar
2000	Infraestrutura de águas na Rua de Sant'Ana	Acompanhamento	Constância
2001	Arquivo Municipal da Marinha Grande – cobertura de vestígios	Acompanhamento	Marinha Grande
2002	Igreja de S. Pedro	Acompanhamento	Alenquer
2003	Quinta do Bispo	Escavação em codirecção com a Doutora Susana Carvalho	Leiria
2004 e 2005	<i>Villa Cardílio</i>	Limpeza, registo, conservação, em codireção com Jorge Serra	Torres Novas
2014	Chã da Bica	Limpeza, registo e cobertura de sondagem	Constância
2018	Monitorização dos sítios arqueológicos localizados nas áreas ardidas em 2017	Prospecção em codirecção com a Dra. Filipa Bragança	Óbidos, Tomar, Ourém, Abrantes, Ferreira do Zêzere, Alcobaça e Caldas da Rainha

Tabela 1.

Ano (s)	Ação
1999, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2013	Participação na Semana das Profissões: “Arqueóloga”, organizada pelo Serviço de Psicologia e Orientação do Colégio do Sagrado Coração de Maria, Fátima.
2001	“Covão do Poço – resultados da intervenção arqueológica e antropológica”, apresentada conjuntamente com as Doutoradas Eugénia Cunha e Ana Maria Silva nas <i>I Jornadas de Património e Arqueologia do Litoral Centro. “Resultados e perspectivas”</i> , Porto de Mós.
2001	“Vestígios romanos na Ilha da Berlenga”, apresentada conjuntamente com a Doutora Jacinta Bugalhão, no Congresso: <i>A presença romana na região Oeste, Bombarral</i> .
2001	Organização conjunta com a Doutora Jacinta Bugalhão da exposição temporária relativa ao Acompanhamento Arqueológico de obras no Bairro dos Pescadores, Berlenga, no âmbito dos 20 anos da Reserva Natural da Berlenga e patente no Museu Municipal de Peniche, em colaboração com o ICNF, IP e com a Câmara Municipal de Peniche.
2004	“As ânforas romanas da Ilha da Berlenga”, apresentada conjuntamente com a Doutora Jacinta Bugalhão, no <i>Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana Ocidente da Península Ibérica</i> , Setúbal.
2005	“O IPA na Salvaguarda do Património Arqueológico” no <i>X Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico</i> , Nazaré.
2005	“Trabalhos Arqueológicos na Ilha da Berlenga”, apresentada conjuntamente com a Doutora Jacinta Bugalhão, nas <i>I Jornadas de Arqueologia e Património da Região de Peniche</i> , Peniche.
2005	Integrou a Comissão Científica da exposição “Habitantes e Habitats. Pré e Proto-história na Bacia do Lis” para o período Mesolítico.
2006	“A ocupação romana da Ilha da Berlenga”, apresentada conjuntamente com a Doutora Jacinta Bugalhão, no <i>Simpósio: A costa portuguesa no panorama da rota atlântica durante a época romana</i> , Peniche.
2008/2011	Consultadoria e Comissão Científica ao Museu de Leiria para o núcleo temático “Origens” – sítio arqueológico da Quinta do Bispo.
2009	“Santarém: Conciliar o Passado e o Presente” no <i>Fórum de Arqueologia Scalabitana</i> , Santarém.
2009	“Café com histórias: Património Arqueológico”, 2º Café com Histórias, Biblioteca Municipal de Torres Novas, Torres Novas.
2009	Mesa Redonda subordinada ao tema Reabilitação Urbana e Arqueologia, Auditório Casa Sanches, Leiria.
2010	“Café com histórias: Património Arquitectónico”, 3º Café com Histórias, a convite da Biblioteca Municipal de Torres Novas, Torres Novas.
2014	“A salvaguarda do Património Arqueológico nos Planos Municipais de Ordenamento do Território: o exemplo do Plano Director Municipal”, conjuntamente com a Dr ^a . Maria José Sequeira no <i>Congresso Internacional Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva</i> , FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
2014	Representação da DGPC na abertura oficial do 1º Fórum sobre Museus, Empresas e Associações de Arqueologia subordinado ao tema “ <i>Dinâmicas e Problemáticas Sociais na Gestão da Arqueologia em Portugal</i> ”, Auditório Elvino Pereira, Mação.
2015	“Trabalhos Arqueológicos no Maciço Calcário Estremenho nos últimos 15 anos”, no <i>II Fórum sobre Património Natural, Etnográfica e Arqueológico: A salvaguarda dos Valores Patrimoniais do Maciço Calcário Estremenho</i> ” Auditório Bertino Coelho, Lapas, Torres Novas, organizado pela DGPC- ETTN e o IPT, na pessoa da Doutora Ana Rosa Cruz.
2017, 2018 e 2019	Oficinas de Arqueologia para crianças do 3º e 4º ano, Centro Escolar Visconde de S. Gião – Torres Novas.
2018	Colaboração na organização da Exposição Itinerante “ <i>Arqueologia em Portugal: Recuperar o Passado</i> ”, Tomar.
2018	“Balanço dos Incêndios de 2017: Lisboa e Vale do Tejo”, apresentada conjuntamente com a Dra. Filipa Bragança integrado na <i>Palestra – Património, Paisagem e Território – Nas Curvas do Espanto: Médio Tejo, que caminhos para uma mudança</i> , Centro de Estudos em Fotografias de Tomar – Casa dos Cubos, Tomar.

2016/2019	Elaboração conjunta com a Doutora Jacinta Bugalhão e o Dr. Pedro Barros de conteúdo sobre os sítios arqueológicos inventariados na ilha da Berlenga, quer para o folheto da Bioesfera, quer para os painéis explicativos instalados na ilha pelo ICNF, IP, e de um guião para Exposição a instalar no Centro de Interpretação das Portas da Reserva da Biosfera da Berlenga e para um circuito de visita aos elementos patrimoniais da Ilha Berlenga, em colaboração com o ICNF, IP e com a Câmara Municipal de Peniche.
2019	Palestra conjunta com a Doutora Jacinta Bugalhão e o Dr. Pedro Barros “Património Cultural Arqueológico Terrestre, Arqueológico Subaquático, Arquitectónico e Etnográfico da Ilha Berlenga”, integrada na Formação de Operadores de Turismo de Natureza – Berlengas, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, organizada pelo ICNF, Peniche.
2019	Visita guiada, em colaboração com o Dr. Pedro Barros, de divulgação do Património Cultural da Ilha da Berlenga, a qual decorreu no dia 25 de maio de 2019 por convite da SPEA.
2019	“Balanço dos incêndios 2017: Lisboa e Vale do Tejo.” poster elaborado em conjunto com a Dra. Filipa Bragança e apresentado no <i>IV Congresso de Arqueologia de Transição</i> , Universidade de Évora.
2019	Conferência “A Arqueologia na reabilitação urbana dos Centros Históricos: Enquadramento legal, salvaguarda e valorização”, integrada no Dia Nacional dos Centros Históricos, Salão Nobre da Junta de Freguesia de N.ª. Sr.ª. das Misericórdias, Ourém.
2019 e 2020	Aula de Arqueologia para alunos do 5º ano no âmbito da disciplina de História e Geografia da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Manuel de Figueiredo, Torres Novas.
2020	“Salvaguarda de património arqueológico em operações florestais: gestão e sensibilização” poster elaborado em conjunto com os colegas do Grupo de Trabalho para a salvaguarda do património arqueológico em projetos agrícolas e florestais e apresentado no <i>III Congresso da AAP</i> .
2022	“Ação de sensibilização para a salvaguarda de património arqueológico em operações florestais”, em conjunto com a Dra. Filipa Bragança, orientada para trabalhadores da ALTRI, SGPS, S.A, por solicitação desta empresa, a qual decorreu no Centro de Ciência Viva de Constância, com uma componente teórica e prática, que incluiu a observação de materiais e de sítios arqueológicos de várias cronologias.
2022 e 2023	Oficina de Arqueologia para crianças do 2º ano do ATL do Centro de Bem Estar Social da Zona Alta, e na Escola EB1 de Santa Maria, Torres Novas, a última no âmbito das JEA 2023.

Tabela 2



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA**

1 2 9 0 

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA


INSTITUTO
ARQUEOLÓGICO
DIREÇÃO - FACULDADE DE LETRAS - UC
PALÁCIO DE SUB-RIPIAS


**CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**
CEIS30 | Universidade de Coimbra

 **Centro de Estudos
em Arqueologia,
Artes
e Ciências do Património**
UI&D 281

fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/0046/2020

Apoio Institucional:

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Departamento do Património Cultural

 **MUSEU NACIONAL
DE MACHADO DE CASTRO**

Coimbra

 **seminário
maior de coimbra**